



DISCURSO DO PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA NA TOMADA DE POSSE

A reestruturação do Sistema Estatístico Nacional, ocorrida em 1989, constitui para todos nós um referencial de grande significado na história do Instituto Nacional de Estatística, indiciadora de um profundo processo de mudança.

A evolução positiva do nosso Instituto, ao longo de toda a década de 90, veio confirmar manifestamente a pertinência da solução encontrada.

O INE, por lei da Assembleia da República, tornou-se um organismo com um elevado grau de autonomia e gestão, bem como personalidade jurídica própria.

O princípio da autonomia técnica do INE rapidamente se consolidou e hoje é, por todos, inquestionável a independência deste Instituto relativamente ao poder político.

Este quadro normativo, agora resumidamente evocado, proporcionou, tendencialmente, uma gestão por objectivos face a Planos de Actividade progressivamente mais exigentes.

Com a nova Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional criaram-se as Direcções Regionais, hoje plenamente em exercício nas cinco Regiões Plano, as quais contribuíram para a afirmação do Instituto no seio das Regiões, adquirindo uma capacidade técnica crescente e propiciando um modelo de produção estatística mais flexível com implicações positivas na qualidade e actualização da informação.

A este processo foi determinante a estratégia da Direcção cessante, coadjuvada pelos Departamentos de produção, em matéria de transferência do conhecimento para as novas Direcções Regionais, e também na selectividade das decisões de descentralização,

inspiradas em critérios de operacionalidade e salvaguardando possíveis deseconomias de escala.

Neste contexto, registou-se um aumento progressivo da capacidade de resposta do INE ao nível da produção e difusão, mediante recursos financeiros estacionários em termos nominais.

Assim, o Instituto angariou, ao longo destes anos, mais prestígio e soube conciliar a resposta a exigências estatísticas decorrentes do nosso posicionamento na União Europeia e mais recentemente no processo de entrada na Zona Euro, com a oferta crescente de nova informação às escalas nacional, regional e local.

Vamos agora iniciar uma nova fase num contexto ainda mais complexo, de interacções a diferentes escalas territoriais, e num cenário de globalização com consequências ainda relativamente imprevisíveis.

A *visão* que temos para o Instituto assenta fundamentalmente nos seguintes princípios:

1. Satisfazer com produtos e serviços adequados as necessidades dos utilizadores segundo uma abordagem dinâmica.
2. Produzir informação estatística de elevada qualidade segundo padrões científicos, garantindo a objectividade, a confidencialidade e a actualidade.
3. Assegurar a coerência e a integração da informação.
4. Favorecer a acessibilidade à informação.
5. Aprofundar a cooperação internacional aos mais diferentes níveis, assim como o estabelecimento de parcerias com instituições nacionais oriundas do sector público e também do sector privado.
6. Mobilizar as competências e saberes residentes no Instituto assegurando um nível elevado do cumprimento da nossa missão.

A orientação estratégica do Instituto, em matéria de produção Estatística, assentará na implementação de subsistemas de informação com o objectivo de justamente incrementar a coerência e integração da informação, a eliminação de redundâncias e a rápida detecção de constrangimentos e lacunas.

Tais subsistemas vão provocar, desde logo, uma progressiva redução da sobrecarga de inquirição sobre as famílias e sobre as empresas. Por outro lado, esta estratégia favorecerá, ainda, uma gestão racional dos recursos disponíveis articulando calendários de concepção e execução das diversas operações envolvidas. Por conseguinte, será necessário reequacionar os ciclos da produção de informação através de uma maior sincronia que propicie uma leitura mais integrada dessa informação.

Neste contexto, mencionamos quatro subsistemas de importância capital que se encontram em fases diferentes de desenvolvimento:

- o subsistema de informação sobre as famílias,
- o subsistema de informação sobre as empresas,
- o subsistema de informação sobre a construção e habitação,
- o subsistema de informação sobre as cidades.

Relativamente ao primeiro, o modelo preconizado assenta em três grandes tipos de operação estatística:

- um Inquérito contínuo visando essencialmente a caracterização do mercado de trabalho, onde se inclui o acompanhamento de realidades que indirectamente o influenciam, tais como educação e formação profissional,
- em segundo lugar, um Inquérito multi-objectivos onde se pretende caracterizar as condições de vida das famílias e dos indivíduos, nomeadamente nas vertentes financeira e de inserção social,
- e, por último, um Inquérito Quinquenal com características de micro-censos.

O subsistema proposto visa ultrapassar a lógica clássica de inquéritos isolados uma vez que beneficia de uma arquitectura de informação capaz de desenvolver e alimentar, em tempo contínuo, uma base de dados sobre as famílias, actualizável em diferentes ritmos e nas suas múltiplas componentes.

A este respeito, e no caso vertente do subsistema de informação sobre as empresas, releva-se o facto de tal abordagem propiciar novas análises e reflexões segundo um controlo de qualidade da informação de base, tendo como consequência a eliminação de eventuais incoerências detectadas em níveis superiores de integração de informação.

Constituindo a área da habitação uma preocupação fundamental nas políticas sociais, o Instituto Nacional de Estatística, com o apoio da Secretaria de Estado da Habitação e das Comissões de Coordenação Regional, elegeu, há três anos, este subsistema como uma das prioridades no esforço que tem empreendido para o desenvolvimento do Sistema Estatístico Nacional. Foi nesse contexto que criamos um vasto leque de funções de produção e difusão, amplamente divulgadas, destacando-se hoje, em sede de inovação e em fase de modelização:

- o desenvolvimento de um Sistema de Informação das Operações Urbanísticas, baseado no paradigma da integração plena entre os sistemas das Câmaras Municipais, dos Operadores Projectistas e do INE

e também

- a implementação de um Sistema de Informação sobre a informação disponível designado “Inventário Estatístico da Construção e Habitação”.

Também a problemática do urbano tornou-se uma referência incontornável à escala mundial detendo uma complexidade de dimensões que vai muito além do simples efeito espacial e demográfico.

As cidades, as aglomerações de cidades ou ainda os espaços metropolitanos são chamados a desempenhar o papel de pólos dessa mancha urbana cada vez mais estendida em termos territoriais.

Assume particular relevância a monitorização, em termos estatísticos, de acções conducentes à vitalização desses espaços, nomeadamente a avaliação do terciário, desde os serviços primários, de apoio às populações-alvo, até ao diagnóstico sobre a existência e a função de serviços que conferem um dado patamar de modernidade e desenvolvimento a esses territórios.

As cidades são hoje, e cada vez mais, as malhas de uma mundialização tecnológica e económica, justificando plenamente o desenvolvimento de um sistema integrado de informação sobre as mesmas, numa óptica quantitativa e qualitativa.

Cabe ao Instituto Nacional de Estatística, em articulação com outras entidades produtoras de estatísticas oficiais, contribuir para a construção dessa matriz informacional. A reflexão realizada, no Instituto, nos últimos dois anos, sobre estas matérias, gera expectativas muito favoráveis ao rápido desenvolvimento deste subsistema estatístico.

Também a Conferência Internacional sobre Estatísticas Regionais e Urbanas e Investigação (SCORUS) a realizar, sob responsabilidade do INE, no próximo ano, constituirá, certamente, uma oportunidade para dar a conhecer o estado de arte deste projecto e, eventualmente, impulsionar novas iniciativas para o seu desenvolvimento.

Racionalizar a produção das estatísticas oficiais portuguesas significa, também, o aprofundamento de um modelo integrado de captura de dados, aplicável a organismos da administração pública e às empresas, e apoiado pelo estado de desenvolvimento e vulgarização das tecnologias de informação e de comunicação.

Por recurso às fontes administrativas ou aos sistemas contabilísticos das empresas, assim como à elaboração de propostas legislativas e regulamentares, será possível, progressivamente, generalizar soluções mais racionais de recolha de dados, como é já o caso do Sistema IDEP, de transferência electrónica de dados do Comércio Intracomunitário em vigor no Instituto desde 1998.

Pretende-se, com esta linha de orientação, melhorar a eficiência global do sistema, diminuindo os custos relativos da produção estatística, assim como os custos suportados pelas entidades fornecedoras de informação de base.

Esta área de intervenção não deixará, ainda, de ter impactos no “trade-off” entre rapidez na divulgação do produto estatístico e qualidade da informação.

Os recenseamentos gerais, efectuados recentemente, da Agricultura, da População e Habitação, sobre os quais é já possível fazer um primeiro balanço positivo, constituem exemplo claro das virtualidades que decorrem sempre que sabemos aliar uma gama variada de saberes e competências residentes no Instituto com uma estrutura tecnológica robusta e

as necessárias parcerias com outros organismos da administração, nestes casos, as Direcções Regionais de Agricultura e as Autarquias.

No plano do tratamento da informação, os Censos 2001 abriram novas perspectivas no processo de recolha e tratamento de dados já que viabilizaram a construção de uma Base Geográfica de Referenciação de Informação alicerçada em cartografia de suporte digital, assim como a implementação de um modelo de tratamento de dados baseado em leitura óptica.

Face às necessidades recorrentes da actualização metodológica na produção estatística, atribuiremos uma clara prioridade à comparabilidade longitudinal, com a utilização de procedimentos e métodos adequados ao tratamento de rupturas de série.

Neste contexto, o Plano de Actividades do INE e das Entidades com Delegação de Competências deverá incluir iniciativas tendentes a garantir a disponibilização de séries longas, compatibilizadas para os principais indicadores produzidos pelo Sistema Estatístico Nacional, em particular no domínio da informação sócio-económica.

Este propósito não só implica uma análise cuidada das mais recentes quebras de série ocorridas na produção do INE, como traduz, sobretudo, uma carta de intenções para o futuro, no sentido de considerar, atempadamente, o impacto, sobre os dados, resultante de situações de inovação metodológica na produção estatística, e, dessa forma, assegurar, tanto quanto possível, a comparabilidade da informação ao longo do tempo.

No âmbito do plano de acção relativo às necessidades estatísticas da União Económica e Monetária, expressas recentemente pelo Conselho Económico e Financeiro da União Europeia, somos chamados a um exercício complexo que decorre do fornecimento de uma vasta lista de indicadores estatísticos segundo um calendário bem exigente.

Será dada prioridade absoluta a tal tarefa, com naturais reflexos na organização do Instituto e, sobretudo, na gestão dos recursos humanos, assim como à auscultação dos meios técnicos disponíveis noutros organismos co-produtores desses indicadores, em sede de reforço da coordenação estatística.

Acentuaremos, em sede de planeamento e gestão estratégica, a prioridade nas actividades relacionadas com as seguintes áreas temáticas:

- Contas Nacionais trimestrais
- Estatísticas trimestrais das Administrações Públicas
- Estatísticas do Mercado de Trabalho
- Indicadores de Curto Prazo
- Estatísticas do Comércio Internacional

Propomo-nos, assim, convergir ao longo de 2002 para o padrão de prazos de disponibilização dos indicadores correspondentes à média dos três Estados Membros com melhor desempenho. E, para o efeito, não deixaremos de explicitar os pontos críticos deste processo apoiados em relatórios trimestrais sobre o progresso alcançado.

Tomando por referência as instituições estatísticas com maior prestígio à escala mundial, os processos de difusão da informação assentam, fundamentalmente, no recurso intensivo às tecnologias de informação, num novo processo de produção de publicações em suporte papel, competitivo face à antecipação da divulgação via Web ou CD-Rom, e, ainda, no desenvolvimento de capacidades internas a favor da análise da informação estatística produzida e difundida.

Relativamente a este último ponto, e no caso do nosso Instituto, essa dimensão da análise da informação deverá constituir um importante auxílio à leitura e compreensão dos dados difundidos, aumentando o nível global de confiança no plano da fiabilidade da informação. Assume particular importância a melhoria da oferta de meta-informação, associada ao processo de produção, explicitando-se, designadamente, os conceitos, as nomenclaturas e as metodologias utilizadas.

Concomitantemente, o Instituto irá aprofundar o desenvolvimento e divulgação de estudos preliminares assentes na interpretação da informação produzida, os quais constituem instrumentos de avaliação *ex-post* da qualidade dos dados, de apoio à literacia estatística e de fomento para uma utilização mais consciente da informação.

Relativamente à Web, foram visíveis os passos que o Instituto já deu nos últimos três anos, estando em curso a preparação de uma nova etapa em nome de uma maior flexibilização do acesso à informação estatística, a qual será operacionalizada segundo duas linhas de orientação estratégica de enunciado simples e preciso:

- Assentar toda a disponibilização da informação estatística em bases de dados de difusão
- Adequar a difusão de informação estatística a perfis de utilizadores

No que respeita a esses grupos de utilizadores, os ambientes a consolidar não deverão constituir apenas um repositório de informação estatística pertinente, mas também encerrar um espaço de diálogo, envolvendo produtores e utilizadores, imprescindível à redefinição contínua das necessidades e prioridades em termos de informação.

As responsabilidades do Instituto Nacional de Estatística em matéria de difusão das estatísticas oficiais portuguesas, independentemente de serem ou não produzidas pelo Instituto, irão merecer a nossa maior atenção. Traduzida, nomeadamente, na criação de fóruns de animação e debate sobre essa problemática, a par da dinamização da Secção Permanente sobre Difusão do Conselho Superior de Estatística. Por outras palavras, há que promover mais e melhor a informação global produzida pelo Sistema a favor do utilizador final.

Sobre outro ponto de vista, julgamos necessário sublinhar que nos tempos actuais faz cada vez mais sentido estender a política de difusão activa a outros níveis informacionais, nomeadamente os que se relacionam com a realidade económica e social da União Europeia e particularmente da Zona Euro.

Trata-se de contribuir para a igualdade de acesso dos cidadãos à informação estatística, proveniente deste vasto território, a favor do exercício de cidadania a um nível mais alargado e, bem assim, favorecer os agentes económicos e sociais do nosso país, mediante o acesso facilitado à produção estatística comunitária. Neste contexto, será dada a necessária prioridade à promoção dos produtos difundidos pelo Eurostat, designadamente o Data shop, especialmente concebido para servir estes objectivos.

Em sede de gestão, os Institutos Nacionais de Estatística confrontam-se com a necessidade de combinar as novas exigências e desafios, resultantes de profundas e contínuas mudanças

das sociedades contemporâneas, com uma maior eficiência e eficácia na gestão dos seus recursos.

Neste contexto, adoptaremos um modelo de planeamento e de gestão da qualidade mediante uma re-análise dos procedimentos internos que assistem a produção estatística e os serviços prestados e adoptaremos uma política de recursos humanos tendencialmente baseada na optimização das capacidades endógenas e na geração de mais competências e qualificações das equipas técnicas.

Ao nível dos procedimentos internos, realça-se a adopção de uma filosofia de desenvolvimento de motores gerais de processamento de dados que permitam, por simples parametrização, obter, automaticamente, aplicações para os mais diversos fins, isto é, uma filosofia que procure recorrer a soluções comuns para problemas comuns.

Para a viabilidade deste modelo concorrerá um estilo de gestão alicerçado na partilha clara de objectivos e metas a atingir, sustentado por mecanismos que favorecem a visibilidade das boas práticas implementadas no seio do Instituto, por recurso a “*benchmarking interno*”. Implicitamente, atribuiremos grande relevo à componente motivacional e a acções que reforçam o reconhecimento pela missão prestada.

Consequentemente entendemos que o projecto de revisão do Estatuto de Pessoal do INE, em preparação, deverá integrar rapidamente este desiderato.

Com efeito, aquele modelo atribui grande relevância ao processo de formação contínua, numa óptica eminentemente profissionalizante. Isto significa que a formação profissional é essencialmente um instrumento de gestão com uma dimensão estratégica, desde logo facilitadora da mudança, em sentido lato, propiciadora de ganhos em matéria de flexibilidade organizacional, indispensáveis face à complexidade crescente da nossa missão.

Neste processo de mudança, é essencial que o quadro legal que o suporta possa integrar um conjunto de reformulações que se adequem às alterações que o país observou nos últimos 10 anos, dando maior eficácia ao Sistema Estatístico Nacional e à rede de compromissos que o anima.

Senhora Ministra,

Optimizar a “actualidade da informação” e, conseqüentemente, a respectiva “utilidade” é, no início deste novo ciclo, o maior desígnio do Instituto Nacional de Estatística.

Para o êxito desta tarefa, inspirada na *visão* que procurei explicitar através de princípios e de algumas linhas de orientação estratégica, concorrerá antes de tudo:

- O saber, a inteligência, e o empenhamento de uma valiosa equipa que hoje trabalha no nosso Instituto.
- A capacidade do INE funcionar numa rede de conhecimento, desde logo considerando, de modo contínuo, as melhores práticas de outros Institutos Nacionais de Estatística, nomeadamente os da União Europeia.
- A vontade de estreitar e robustecer o elo de ligação com o tecido universitário.

Por último, e não menos importante, a compreensão do carácter eminentemente transversal da nossa actividade e a conseqüente imprescindibilidade em manter um diálogo permanente com as administrações, as empresas e os cidadãos.

Lisboa, 16 de Julho de 2001

Paulo Gomes
Presidente do Instituto Nacional de Estatística